



## **TERMO DE NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL**

**UNIÃO - FAZENDA NACIONAL**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 643, Jardim Paulista, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

**KYN COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 50.947.761/0001-23, com endereço na rua Várzea Paulista, 1.157, SLJ 1157/1167/11197, Jundiaí, SP, CEP 13203-000, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, doravante denominada “Requerente”

Cada uma das partes denominada individualmente “Parte” e, conjuntamente, “Partes” tem justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Negócio Jurídico Processual (“NJP”), conforme autoriza o art. 190 do Código de Processo Civil, nos termos da Portaria PGFN nº 742/2018, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

### **1. Do passivo fiscal**

- 1.1.** O passivo fiscal da REQUERENTE perante a FAZENDA NACIONAL, objeto do presente NJP, é composto pelos débitos inscritos em Dívida Ativa da União, listados no Anexo I.

### **2. Do objeto**

- 2.1.** O presente Negócio Jurídico Processual tem por objeto:
  - 2.1.1.** a suspensão do andamento processual das Execuções Fiscais 5003925-03.2024.4.03.6182 e nº 5003924-18.2024.4.03.6128, que tramitam na 2ª Vara Federal de Jundiaí-SP;
  - 2.1.2.** a suspensão de atos de cobrança judicial e administrativa sob responsabilidade da PGFN, em relação aos débitos elencados no Anexo I, com exceção do ajuizamento de Execuções Fiscais e respectiva citação relativos a eventuais débitos que venham a ser inscritos ou não ajuizados.



- 2.1.3.** a desistência expressa dos Mandados de Segurança 5002353-12.2024.4.03.6128, 5003272-98.2024.4.03.6128 e 5006131-24.2023.4.03.6128;
- 2.1.4.** a realização de pagamentos parciais do passivo fiscal enquanto pendente a análise do Requerimento SICAR 20240339674 (pedido de revisão de capacidade de pagamento) e eventual pedido de transação individual.
- 2.2.** A Requerente se compromete a realizar pagamentos avulsos nos seguintes valores:
- 2.2.1.** R\$ 1.281.810,59 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e dez reais e cinquenta e nove centavos) em até cinco dias após a assinatura do presente NJP;
- 2.2.2.** R\$ 1.281.810,59 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e dez reais e cinquenta e nove centavos) mensais até o último dia útil de cada mês, a partir do mês subsequente ao pagamento do valor estipulado na cláusula 2.2.1.
- 2.2.2.1.** O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura deste NJP até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.
- 2.2.2.2.** As parcelas serão recolhidas por meio de DARF emitido pelo sistema REGULARIZE, direcionado à CDA 80 6 24 031805-66.
- 2.3.** Os pagamentos descritos no item 2.2 não implicam na formalização de parcelamento nos termos da Lei 10.522/02 dado o não oferecimento de garantia, não gerando os efeitos do art. 151, IV do CTN.
- 2.3.1.** O NJP não tem o poder, por si só, de suspender a exigibilidade dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União ou de obstar o registro no CADIN, em razão da ausência de expressa previsão legislativa nesse sentido.

### **3. Demais termos e condições**

- 3.1.** Os pagamentos realizados serão imputados diretamente na CDA 80 6 24 031805-66 e, em caso de futura transação individual, não serão aproveitados no acordo nem servirão para abatimento da dívida após a concessão de descontos.
- 3.2.** A formalização do NJP implica:



- 3.2.1.** interrupção da prescrição de todos os débitos objeto do acordo a cada pagamento efetuado, ainda que o DARF esteja vinculado a apenas uma das inscrições, consoante previsão do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional;
- 3.2.2.** confissão irrevogável e irretratável dos débitos objeto do acordo (Anexo I), renovada a cada pagamento periódico;
- 3.3.** O NJP produzirá os efeitos que lhe são inerentes enquanto pendente de homologação judicial, cabendo à Requerente promover todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento.
- 3.4.** O NJP tem prazo de validade de 1 (um) ano, prorrogável por igual período uma única vez, e produzirá efeitos enquanto pendente de análise o Requerimento SICAR 20240339674 (pedido de revisão de capacidade de pagamento) e eventual pedido de transação individual.
  - 3.4.1.** Analisado o pedido de revisão de capacidade de pagamento e, no prazo de 30(trinta) dias, não sendo requerida transação individual ou indeferido o pedido de transação individual, serão retomados o curso das execuções fiscais e a prática dos demais atos de cobrança com o fim de satisfazer os interesses da Fazenda Nacional, facultando-se à Requerente a adesão aos meios de regularização do passivo legalmente possíveis;
  - 3.4.2.** Deferido o pedido de transação e implementado o acordo em sistema, o NJP perderá seu objeto;
    - 3.4.2.1.** A requerente deverá continuar a realizar os pagamentos previstos no item 2.2 até que as contas de transação sejam consolidadas no sistema SISPAR.
  - 3.4.3.** Cessarão os efeitos desse NJP se, a qualquer tempo, houver descumprimento de suas cláusulas ou, ainda, se, nos termos do artigo 190, parágrafo único do CPC, o Poder Judiciário, em controle de validade do negócio jurídico, recusar-lhe a aplicação.
  - 3.4.4.** A Requerente deverá adimplir as custas de cartório dos protestos já efetivados.
  - 3.4.5.** O presente NJP não se aplica a novos débitos, declarados e não pagos pela Requerente, com período de apuração a partir de novembro de 2024.



**3.4.5.1.** Débitos posteriores a novembro de 2024 seguirão os regulares trâmites de inscrição e cobrança, administrativa e judicial.

#### **4. Das hipóteses de rescisão do Negócio Jurídico Processual**

- 4.1.** Implicará rescisão do NJP, com o imediato pedido de prosseguimento das execuções fiscais que estavam suspensas por conta do ajuste entre as partes, as seguintes hipóteses:
- 4.1.1.** A falta de pagamento de 2 (duas) amortizações mensais, consecutivas ou não;
  - 4.1.2.** A constatação de qualquer ato de esvaziamento patrimonial por parte da Requerente;
  - 4.1.3.** A decretação de falência ou de outro mecanismo de liquidação judicial ou extrajudicial em face da Requerente;
  - 4.1.4.** A concessão de eventual medida cautelar em desfavor da Requerente, nos termos da Lei 8.397/92;
  - 4.1.5.** A Declaração de Inaptdão da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
  - 4.1.6.** A não homologação judicial, se for o caso;
  - 4.1.7.** O descumprimento ou o cumprimento irregular das demais cláusulas estipuladas no presente NJP.

#### **5. Da Certidão nos termos do artigo 205 a 206 do CTN**

- 5.1.** A mera celebração desse NJP não confere à Requerente a obtenção de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa e Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, dada a ausência de garantia e previsão legal.

#### **6. Das disposições finais**

- 6.1.** A assinatura desse NJP não confere à Requerente o direito ou expectativa de direito com relação à revisão da capacidade de pagamento nem à futura formalização de transação;
- 6.2.** A efetivação de pagamentos realizados nos termos deste NJP não vincula a Fazenda Nacional à eventual proposta de transação, nem significa deferimento, mesmo que parcial, do pedido de revisão de capacidade de pagamento.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Equipe Regional de Negociações

- 6.3.** A celebração deste NJP não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, sobre os débitos objeto deste NJP.
- 6.4.** A Fazenda Nacional envidará seus maiores esforços para concluir a análise da revisão da capacidade de pagamento e de eventual pedido de transação no prazo de validade deste NJP.
- 6.5.** O presente NJP foi autorizado na forma prevista no artigo 10 da Portaria PGFN nº 742/2018 (processo SEI nº 19839.004535/2024-19) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes, sob condição resolutiva de homologação pelo Juízo das Execuções Fiscais 5003925-03.2024.4.03.6182 e nº 5003924-18.2024.4.03.6128.

## 6. Dos anexos

- 6.1.** São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Relatório de inscrições existentes até novembro de 2024

São Paulo, 08 de novembro de 2024.



FREDERICO DE SANTANA VIEIRA

Procurador da Fazenda Nacional



Documento assinado digitalmente  
ANA CAROLINA BARROS VASQUES  
Data: 13/11/2024 10:44:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANA CAROLINA BARROS VASQUES

Procuradora-Chefe da Dívida Ativa na 3ª Região

LUIZ FUMIKAZU

KOGACHI: [REDACTED]

Assinado de forma digital por LUIZ  
FUMIKAZU

KOGACHI: [REDACTED]

Dados: 2024.11.12 11:03:07 -03'00'

KYN COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA

Requerente



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Equipe Regional de Negociações

## ANEXO I (LISTA DE INSCRIÇÕES)

80 6 24 031805-66
80 6 24 031814-57
80 6 24 031815-38
80 7 24 008494-03
80 6 24 077243-15
80 6 24 079994-11
80 6 24 085076-95
80 7 24 021079-27
80 7 24 021080-60
80 7 24 022157-38
80 7 24 023773-98
80 6 24 139182-23
80 7 24 037352-71
135142768